



Número: **0003747-81.2014.8.15.2003**

Classe: **USUCAPIÃO**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **20/05/2014**

Valor da causa: **R\$ 40.000,00**

Assuntos: **Usucapião Extraordinária**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes  | Procurador/Terceiro vinculado             |
|---|---|
| JOAO DOS SANTOS (AUTOR)   | GEOMARQUES LOPES DE FIGUEIREDO (ADVOGADO) |
| MARIA ELIETE GUIMARAES DE FREITAS (AUTOR)                         | GEOMARQUES LOPES DE FIGUEIREDO (ADVOGADO) |
| <del>ASSOCIACAO DOS MORADORES DO CONJUNTO SONHO MEU (AUTOR)</del> |   |
| MV ENGENHARIA LTDA - ME (REU)                                     |   |
| Associação dos Moradores do Conjunto Sonho Meu (CONFINANTE)       |   |

| Documentos   |                    |                                 |                 |
|--------------|--------------------|---------------------------------|-----------------|
| Id.          | Data da Assinatura | Documento                       | Tipo            |
| 14948<br>460 | 20/06/2018 17:49   | <a href="#">Ato Ordinatório</a> | Ato Ordinatório |



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL**

---

**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0003747-81.2014.8.15.2003**

USUCAPIÃO (49)

AUTOR: JOAO DOS SANTOS, MARIA ELIETE GUIMARAES DE FREITAS

RÉU: MV ENGENHARIA LTDA - ME

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0003747-81.2014.8.15.2003** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 20 de junho de 2018.

**LOURDEMAR VERAS FARES DAVID**  
Técnico Judiciário

